

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

A economia do mar agrega muitas atividades económicas que merecem, por parte do atual Governo, um interesse particular na procura de soluções que tornem o mar um vetor essencial do desenvolvimento português.

Na verdade, as zonas costeiras constituem, em todo o planeta, áreas de importância estratégica para o suporte e desenvolvimento de atividades humanas fundamentais.

No caso do sector pesqueiro, o seu relançamento ao nível da competitividade mundial, poderá contribuir para que a fileira da pesca ganhe um novo protagonismo no desenvolvimento económico do país. Para tal, é necessário a existência de condições para o desenvolvimento de atividades relacionadas com a pesca, nomeadamente a execução de dragagens em bacias e portos de pesca.

No caso particular dos portos de mar situados nas barras de Caminha, Vila Praia de Ancora, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, verifica-se que o problema do assoreamento está a impedir a operacionalidade destes portos, comprometendo as atividades locais marítimas e piscatórias, com efeitos preocupantes nos sectores económicos adjacentes e na segurança de todas as embarcações de pesca e de recreio. De facto, este entrave arrasta-se há alguns anos provocando nas comunidades locais protestos e reivindicações.

Aliás, o problema do assoreamento destas barras tem vindo a ser agravado, levando a que os futuros trabalhos de dragagem possam ser dificultados com a acumulação de sedimentos e areias, ao longo do tempo.

Recentemente o PSD tomou conhecimento de notícias contrárias. Por um lado, a imprensa deu conta que o Governo não garantia verbas suficientes para promover as dragagens necessárias para manter em funcionamento os portos de mar entre a Póvoa de Varzim e Caminha, despoletando inúmeras preocupações a nível regional e nacional. Por outro lado, surgiram declarações de eurodeputados portugueses, afirmando que o FEDER comparticipa este tipo de obras em 95% durante o atual quadro comunitário de apoio.

Perante estes factos, os deputados abaixo-assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitam ao Governo que, por intermédio do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, forneça os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a previsão para iniciar os trabalhos de desassoreamento nos portos de pesca entre

Póvoa de Varzim e Caminha?

2. Qual a possibilidade das obras de desassoreamento nos portos entre a Póvoa de Varzim e Caminha, possam ser comparticipados por fundos comunitários do atual quadro comunitário de apoio?
3. Quais as medidas adicionais que estão previstas para garantir a segurança na entrada e saída de barcos nos portos de pesca da região Norte?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 29 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

CARLOS COSTA NEVES(PSD)

FERNANDO MARQUES(PSD)

GRAÇA MOTA(PSD)

HÉLDER SOUSA SILVA(PSD)

LÍDIA BULCÃO(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

MARIA JOSÉ MORENO(PSD)

MÁRIO SIMÕES(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

PAULO BATISTA SANTOS(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

PEDRO LYNCE(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

TERESA COSTA SANTOS(PSD)

ULISSES PEREIRA(PSD)

VASCO CUNHA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)